

Candidatos mais calam que falam sobre aborto e direitos gays

(Terra, 02/09/2014) Descriminalização do aborto. Casamento civil igualitário. Reconhecimento de identidade de gênero. Estes são apenas alguns dos assuntos que Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB) e Marina Silva (PSB) preferem deixar de lado na hora de discutir suas propostas. Seja por medo de perder o apoio de eleitores e parceiros mais conservadores, seja por ideologias pessoais ligadas à religião, os presidentiáveis dão voltas e mais voltas com as palavras quando recebem algum desses questionamentos. Pensando nisso, o Terra analisou os três programas de governo para tentar encontrar posicionamentos mais claros sobre os temas.

Dilma Rousseff

O programa da candidata à reeleição é o mais raso em relação a essas questões. O texto diz apenas que “a luta pelos direitos humanos se mantém, sempre, como prioridade, até que não existam mais brasileiros tratados de forma vil ou degradante, ou discriminados por raça, cor, credo, orientação sexual ou identidade de gênero”. Não existe, porém, nenhuma proposta concreta e nenhuma citação aos termos “aborto”, “homossexual”, “gay”, “transexual”, “homofobia” ou “LGBT”.

Aécio Neves

Também bastante simples, o programa do candidato tucano faz poucas referências aos temas. Ele propõe, por exemplo, a criação de um plano para “aperfeiçoar políticas públicas relativas aos direitos humanos, em especial quanto aos setores mais vulneráveis como mulheres, crianças, idosos, afrodescendentes, LGBT, quilombolas, ciganos, pessoas com deficiências, vítimas da violência e indígenas” e sugere a “ampliação da participação da Comunidade LGBT nos debates do Programa Brasil sem Homofobia”. Da mesma forma que o texto da petista, não comenta o aborto, o casamento civil

igualitário nem o reconhecimento da identidade de gênero.

Marina Silva

O programa de Marina foi alvo de uma grande polêmica nos últimos dias. Tudo porque, supostamente pressionada por membros conservadores da igreja, entre eles o pastor Silas Malafaia (que chamou o plano inicial de “vergonha pior que os do PT e do PSDB”), a candidata do PSB modificou o texto que trata dos direitos do grupo LGBT. A transformação mais significativa diz respeito ao casamento civil igualitário: onde antes estava “apoiar propostas em defesa do casamento igualitário, com vistas para a aprovação dos projetos de lei e da emenda constitucional em tramitação, que garantem o direito ao casamento igualitário na Constituição Civil” foi colocado apenas “garantir os direitos oriundos da união civil entre pessoas do mesmo sexo”. Além disso, “comprometer-se com a eliminação de obstáculos à adoção de crianças por casais homoafetivos” foi modificado para “dar tratamento igual aos casais adotantes”. O aborto, mais uma vez, não recebeu nenhuma citação.

Elisa feres

Acesse no site de origem: [*Candidatos mais calam que falam sobre aborto e direitos gays \(Terra, 02/09/2014\)*](#)

Pela primeira vez, Prefeitura de São Paulo registra funcionária travesti com nome social

(Marie Claire, 21/07/2014) Sem nenhum alarde, o Diário Oficial da Cidade de São Paulo registrou na edição da última quarta-feira (16) a nomeação de **Dediane Souza**, nome social de José Batista de Souza, para o cargo de

assessor técnico da Coordenação de Políticas LGBT da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

Foi a primeira vez que um órgão municipal reconheceu, em documento oficial, o nome adotado por uma pessoa de identidade sexual diferente da que está em sua certidão de nascimento. Uma portaria de 2010 já garante a travestis e transexuais o direito de ter seus nomes sociais em crachás, cartões de ponto e outras identificações de funcionários.

“Acredito que qualquer legislação que venha respeitar o uso do nome social é algo essencial. Quando falo meu nome, não é o de registro. Meu nome como sujeito social e político é Dediane Souza”, diz a recém-nomeada funcionária. Cearense de Santana do Acaraú, ela chegou a São Paulo há pouco mais de um mês para coordenar o braço da secretaria responsável pelas políticas voltadas ao público trans -que engloba travestis e transexuais.

Em Fortaleza, Dediane, de 25 anos, trabalhou por oito no Grupo de Resistência Asa Branca, principal entidade de defesa dos direitos LGBT da cidade, foi conselheira municipal e estadual sobre o tema, além de coordenar várias edições da Parada do Orgulho Gay.

Mais velha de cinco irmãos, ela conta não ter sofrido discriminação no ambiente familiar por sempre ter tido o apoio da mãe, que se separou do pai quando ela tinha apenas 7 anos. “Sempre fui um menininho muito pintoso e minha mãe deixava bem claro que tinha que me afirmar.” Aos 16, virou presidente do grêmio da sua escola e conheceu os movimentos sociais. “Foi quando me reconheci como travesti e abracei o movimento LGBT”, lembra ela, que uniu o apelido de infância Dedé ao nome da irmã, Lidiane, para criar o seu.



O CRACHÁ DE DEDIANE SOUZA: PORTARIA DE 2010 GARANTE QUE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS TENHAM SEUS NOMES SOCIAIS EM DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÕES DE SERVIDORES PÚBLICOS (FOTO: DIVULGAÇÃO//MARIE CLAIRE)

Mesmo reconhecida pela militância, ela diz ainda sofrer constrangimentos comuns para quem assume uma nova identidade sexual. “São várias as situações, desde o processo para embarcar em um avião até a entrada numa universidade”, conta ela, que trancou o curso de Comunicação Social numa universidade cearense para se dedicar ao novo cargo.

Principal bandeira do movimento trans, a alteração do nome em documentos oficiais, já realidade na vizinha Argentina, por aqui ainda depende da aprovação de uma lei. “Temos um problema no Brasil que é nosso Legislativo, que tem uma ala fundamentalista grande que estanca muitas políticas sociais”, critica. “Queremos retificar nosso nome civil, mudar nosso pré-nome, ser respeitadas não só profissionalmente, mas como cidadãos. Ser de fato o que a gente é.”

Acesse no site de origem: [Pela primeira vez, Prefeitura de São Paulo registra funcionária travesti com nome social \(Marie Claire, 21/07/2014\)](#)